

Notas Sobre a Construção do Espaço Social

Autor: Denílson da Silva Araújo, Professor Adjunto I do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - denilson@ufrnet.br

6. Área: Economia Agrária, Espaço e Meio Ambiente

6.1. Sub-área: Economia, espaço e Urbanização

Submissão para: Sessão Ordinária

RESUMO

O presente artigo tem a pretensão de discutir a importância do espaço social sob a ótica de diferentes pensadores que teorizaram sobre este fenômeno. A partir da crítica à construção teórica da Escola Neoclássica sobre o espaço, fez-se um esforço no sentido de demonstrar como o espaço social foi historicamente construído e interpretado pelo pensamento crítico bem como sua importância como um fenômeno ativo e capaz de conceder poderes às classes que o utilizam como instrumento de dominação e acumulação de riqueza. Ademais, foi colocado em relevo que sob o modo de produção capitalista a apropriação do espaço social ocorreu – e ocorre – de forma desigual e combinada, “obedecendo” à própria necessidade de valorização do capital através da expansão, criação e recriação do espaço numa dinâmica de transformação que não permite uma interpretação estática do mesmo.

Palavras-chave: Espaço, território, capital.

ABSTRACT

This article has the intention of have been discussing the importance of social space from the perspective of different thinkers who studied on this phenomenon. From the theoretical criticism of the construction of the space done by the Neoclassical School, has been an effort to demonstrate how the social space has been historically constructed and interpreted by the critical thinking as well as its importance as a phenomenon active and able to grant powers to classes they use it as an instrument of domination and accumulation of wealth. Moreover, emphasis was placed on that under the capitalist mode of production the appropriation of social space was – and is – so unequal and combined, "obeying" the fit need for enhancement of capital through expansion, creation and recreation of the space in a dynamic processing which does not allow an interpretation of the same static.

Key words: Space, territory, capital.

I. INTRODUÇÃO

Este trabalho está dividido em três partes, além desta introdução. Tem como principal pretensão colocar em debate diferentes concepções teóricas sobre o espaço. Neste sentido, buscou-se no tópico 1 expor algumas construções sobre o entendimento do que é espaço e qual a importância funcional do mesmo para a reprodução do modo de produção capitalista, ou seja, de que forma o espaço participa desse processo? Ainda neste primeiro tópico, foi esboçado o conflito que existe entre diferentes pensadores sobre o fenômeno que se investiga (o espaço). Assim, fez-se um esforço no intuito de registrar o posicionamento de alguns pensadores pertencentes à matriz teórica eminentemente neoclássica – da localização perfeita – em contraposição aos seus críticos (em sua maioria marxistas ou com forte identidade nesta última matriz) que defendem uma existência ativa (dinâmica) e não estática do espaço.

A discussão acima estabelecida vai cada vez mais se afunilando para as diferentes interpretações sobre o espaço existente entre os teóricos mais críticos – nem todos pertencentes a matriz marxista – onde se expõe, inclusive, algumas inconsistências de seus construtos teóricos sobre o espaço. Este, por exemplo, parece ser o caso de Castells (2000) criticado exaustivamente por Gottdiener (1993).

Nos limites deste primeiro tópico obteve-se como conclusão parcial que a conquista (pela expropriação) do espaço esteve na origem e na base da construção do modo de produção capitalista e que a construção do espaço ocorreu de forma “desigual e combinada”.

No tópico 2 continua a discussão acima demarcada dando-se ênfase, porém, no entendimento sobre a transformação dialética do espaço absoluto em espaço relativo. Neste tópico, embora não perceptível às leituras menos atentas, teve-se a preocupação de demonstrar que não há a supressão de um pelo outro. O espaço físico natural sempre existirá como um veículo condutor das relações sociais, ou como palco onde estas últimas se manifestam, transformando-o em espaço relativo. É, como registrou Smith (1988) com base nos textos de Karl Marx, a transformação da primeira natureza (a primitiva) em uma segunda natureza (a construída pelo homem). Neste construto científico o espaço físico não desaparece, pelo contrário, contribui para o surgimento do espaço social e com este último se funde formando uma unidade dialética.

No tópico de número 3 fez-se uma breve consideração final com o objetivo de registrar que o espaço que resulta da interação espaço-físico e sociedade é o espaço

social, eivado de conteúdo físico e político-social. Visto como *locus* de produção de riqueza (mercadorias) é receptáculo de diversas manifestações físico-sociais, o que por sua vez acaba por atribuir-lhe o caráter de espaço político-social. Concebido como uma mercadoria, é, como qualquer outra, a unidade dialética de valor de uso e valor de troca.

1. A Geografia do Capital e a Construção do Espaço Social: desigual e combinado

“(...) enquanto nós, como teóricos, podemos ter
drásticos problemas conceituais em realizar
uma integração do espaço e da sociedade, o
capital parece realizá-la na prática,
diariamente”.

(SMITH, 1988, p.19)

Não é difícil sustentar a tese de que a produção e a apropriação do espaço no capitalismo é respectivamente resultado do movimento de expansão do capital que ocorreu em escala internacional¹, e do conflito entre capital e trabalho mais visíveis nas escalas nacional, regional e local embora, em todas, ambos os fenômenos tenham ocorrido com intensidades diferentes. Todavia, o movimento do capital ocorre de forma diferenciada em cada espaço e organização sociais específicas, em diferentes estágios das forças produtivas. Mandel (1987) atentou para este fato quando analisou a dinâmica da acumulação capitalista sob o imperialismo. Dividiu a totalidade da acumulação capitalista em três momentos distintos e complementares que determinou de “unidade dialética de três momentos”.

A expressão “unidade dialética” induz, corretamente, a raciocinar a totalidade da dinâmica do capital em diferentes espaços sociais se manifestando em um mesmo tempo histórico. Tem-se então, a reprodução do capital ocorrendo numa determinada unidade temporal (período histórico) – que pode ser o mesmo para diferentes espaços (cidades, regiões ou países). Pode-se dividir esses momentos em três espaços – neste

¹ É possível identificar essa interpretação nos trabalhos dos seguintes autores: Bukharin (1986), Hobson (1985), Lenine (1986), Mandel (1982) Marx (1985) e Luxemburgo (1985), etc.

caso considerados como uma unidade de espaços absolutos e relativos² – que formam diferentes dinâmicas de acumulação:

a) a acumulação do capital em andamento no âmbito de processos de produção já capitalistas; b) acumulação primitiva de capital em andamento fora do âmbito de processos de produção já capitalistas c) determinação e limitação do segundo momento pelo primeiro, isto é, a luta e competição entre o segundo momento e o primeiro. (MANDEL, 1982, p. 31)

Quando o capitalismo torna-se uma realidade – no segundo momento citado acima – as relações heterônomas entre os países (espaços) já capitalistas com os que se tornam capitalistas são intensificadas, mas não eliminam a dinâmica social e política que se configura no interior dos espaços em transformação, o que torna o terceiro momento citado por Mandel (1982) uma realidade histórica incontestável e um dos melhores exemplos do que Smith (1988) entendia como espaço relativo.

Por um lado, o movimento do capital molda, modifica e submete determinada sociedade aos seus desígnios e, por outro lado, em determinado espaço concreto, é moldado por forças próprias daquela organização social. Assim, o espaço social resultante desse atrito dialético é composto por diversos interesses classistas, sobressaindo-se algum tipo de conformação político-social que se torna hegemônica no interior do mesmo. Por isso, pode-se afirmar que o capital não tem um padrão único de valorização e os espaços que se vêem capturados pelo mesmo não têm um único padrão de desenvolvimento.

² A idéia de espaço absoluto e relativo que se referenda neste momento é a de Smith (1988) como no trecho que segue: “Como sugerimos, a base conceitual para o surgimento de um espaço social separado reside mais claramente na separação feita por Newton de espaço relativo e do espaço absoluto. Com o espaço absoluto de Newton, o mundo dos fenômenos físicos, biológicos e geográficos poderia ser tratado como a base natural do espaço *físico*. O espaço *social*, por outro lado, poderia ser tratado como um espaço puramente relativo, existindo dentro do espaço absoluto a relatividade do espaço social é determinada pelas relações sociais particulares que ocorrem numa dada sociedade” (SMITH, 1988, p. 119). “O espaço social, como toda totalidade social, é definido metodologicamente e teoricamente por três conceitos gerais: a forma a estrutura e a função. Isto significa que todo espaço social pode ser o objeto de uma análise formal, estrutural e funcional” para tanto, *continua o autor*, “(...) a interpretação de um espaço ou de sua evolução só é possível através de uma análise global que possa combinar simultaneamente estas três categorias analíticas – forma, estrutura e função – porque a relação é não só funcional como estrutural”. (SANTOS, 2004, p. 55)

Ao analisar as diferentes etapas do desenvolvimento capitalista no Brasil e a forma pela qual a sociedade brasileira se inseriu na economia internacional, Fernandes (1975) registrou que podem ser distinguidos vários padrões de desenvolvimento capitalista,

(...) os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica. Além disso, se se toma um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, pode-se verificar que ele é suscetível de utilização variáveis, *de acordo com os interesses estamentais ou de classes envolvidos pelo desenvolvimento capitalista em diversas situações histórico-sociais*³ e as probabilidades que elas encontram de varar o plano das determinações estruturais e de se converterem em fatores da história. (FERNANDES, 1975, p. 222)

Esses padrões podem ser entendidos como o resultado de diferentes estágios de desenvolvimento de vários espaços sociais que se conformam a partir de dinâmicas organizacionais específicas.

Por isso, deve-se reconhecer que a dinâmica da apropriação, da modificação e da construção do espaço na periferia do sistema capitalista está envolvida por questões que não necessariamente contemplam a problematização da apropriação do espaço em uma sociedade capitalista mais desenvolvida⁴.

Ademais, é fato incontestável que a expansão geográfica do capitalismo é condição indispensável para a acumulação do capital. Desta forma, a conquista de novos mercados pode ser compreendida como a criação de novos espaços valorizadores⁵. Estes últimos estão contemplados naquilo que Smith (1988) chamou de elementos

³ Não há grifos no texto original.

⁴ No Brasil, por exemplo, num primeiro momento (da abertura dos portos até aproximadamente meados da década de 50 do séc. XX), o capital internacional praticou sua hegemonia preponderantemente de fora mesmo que a rigor já estivesse em determinada quota presente no espaço econômico-social brasileiro, como registrado por Dean (1971) ao tratar no cap. IV sobre “a burguesia imigrante”. Em momento posterior instalou-se no interior daquele espaço dividindo com as elites nacionais a condução do ciclo de acumulação nacional, conformando um período que pode ser estabelecido a partir do meado da década de 1950 ao atual ano do séc. XXI. Para Fernandes (1975) a partir de 1950 dá-se a fase do capitalismo monopolista. Todavia, hoje, pode-se acrescentar ao termo monopolista, ou sobrepor ao mesmo, a palavra financeiro.

⁵ O capital precisa se movimentar, pois é nesse movimento que está a essência de sua valorização. É um movimento de mágico resultado. Construção e destruição de espaços e concomitantemente de valorização e de desvalorização de capital. Sobre a necessidade de expansão geográfica do capital para que continue sua expansão ver Luxemburgo (1982). Para uma crítica a esta última ver Kalecki (1987).

pertencentes a “segunda natureza”. Isto é, o mundo das mercadorias e das relações sociais que estão para além das satisfações básicas de uma sociedade, ou seja, longe de uma relação com a natureza primitiva, originária, como os homens assim a encontraram no primitivismo. A “segunda natureza” está circunscrita ao mundo para além do valor de uso. O mundo do valor⁶.

Não há como modificar essa realidade sem romper com a forma de organização capitalista que criou as condições concretas que têm viabilizado o movimento do capital no espaço tornando-o mercadoria e *locus* de produção de outras mercadorias. Embora esta ruptura não pareça iminente, Santos (2004), como Smith (1988), defende a construção desse caminho⁷.

Como missão política é demasiadamente importante idealizar e projetar o espaço social resultante de outras relações sociais de produção e reprodução da vida material. Todavia, trata-se aqui de entender o espaço social tal qual tem se expressado e cristalizado como fenômeno contemporâneo. Também, não interessa problematizar o espaço desde uma concepção físico-natural – como registrado pela Geografia Física⁸ –, o espaço absoluto. Aqui, trata-se de entender o espaço substanciado de acontecimentos, de relações sociais. Trata-se, portanto, de entender o *espaço social* específico que não despreza o espaço físico-natural, também, repleto de especificidades. (CORAGGIO, 1988).

A tarefa de conceituar o espaço não é fácil. Apenas necessária para que não se incorra em reducionismo físico-naturalista ou numa interpretação mais moderna, porém

⁶ Smith (1988) leva sua reflexão muito mais adiante. Entende que a segunda natureza, isto é, tudo aquilo que é produzido cada vez mais independentemente do auxílio da natureza primitiva (a primeira natureza), não é um atributo de todas as sociedades. É própria das sociedades de classes, encontrando melhor esteio para seu desenvolvimento na sociedade capitalista. Todavia, esta última “apesar (...) de ameaçar o enfrentamento barbárico final, também oferece a ambição do socialismo”. Este, por sua vez, “é, contudo, o lugar e o tempo onde e quando a unidade da natureza se torna uma possibilidade real” (SMITH, 1988, p. 105). Para uma interpretação eminentemente político-econômica das crises atuais do sistema capitalista ver Mészáros (2003).

⁷ “Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado”. (SANTOS, 2004, p. 41)

⁸ Ver sobre o assunto Smith (1988) mais especificamente o Capítulo 3, Tópico I, p. 110 a 123.

não menos conservadora, em fatalismos tecnológicos como, de fato, incorreram algumas Escolas do pensamento.⁹

Foram muitos os autores que se referiram ao espaço dando-lhe conteúdo economicista e estático, sem o reconhecimento teórico de sua complexa formação. Nesta direção, encontram-se estudos como os da localização das unidades produtivas no “espaço econômico”. Tais teses derivam do corpo teórico que substancia a escola marginalista mais conhecida como Neoclássica.

Considerando que a crítica a este paradigma já foi teoricamente constituída, a responsabilidade do presente texto limita-se apenas em não cometer o equívoco de deixar cair no esquecimento acadêmico mais crítico quem foram os precursores da concepção economicista do espaço e em que consistiam suas teses. Azzoni (1982) faz uma síntese-crítica das idéias dos principais autores da Teoria da Localização.

Chama a atenção do leitor para os parâmetros analíticos do modelo de localização ótimo. Este último, como tenta ser fiel aos princípios utilitarista, encontra na *realidade* econômica inúmeros obstáculos, muitas vezes intransponíveis. De acordo com Azzoni (1982) este modelo fornece algumas explicações razoáveis para regularidades gerais que se manifestam no espaço econômico. Todavia, não orienta com a mesma presteza sobre medidas de ação e formas de intervenção. É, na verdade, uma teoria de casos específicos que para ter sucesso necessita levar em consideração a manifestação do fenômeno (localização da unidade produtiva) numa situação de extremo *coeteris paribus* das demais categorias econômicas-sociais, como por exemplo: oferta e demanda, preços, concorrência perfeita, a intervenção do Estado, as lutas de classes, etc. Nos parâmetros científicos da teoria locacional muitas dessas categorias são consideradas estáticas ou simplesmente não existem.

O primeiro autor a sistematizar com profundidade o modelo da localização foi Von Thünen, (1826). Estudou a localização de atividades agrícolas em torno de uma cidade. Sua teoria ficou conhecida como “os anéis de Thünen” que em síntese eram circunferências em torno de uma cidade onde cada uma delas delimitava a área de cultivo de um produto. Esse espaço econômico era composto por uma área agrícola

⁹ Smith (1988, p. 158) faz uma crítica a Geografia Comercial e Regional, no cap. 4: “Nas mãos desses geógrafos, a natureza é exterior e, quando muito, interage com a sociedade”. De acordo com Gottdiener (1993, p. 81) atualmente os ecologistas e geógrafos sugerem que “a forma urbana se concretiza como a consequência inevitável da inovação tecnológica”. Santos (2004) também fez uma crítica as formas conservadoras de se conceber o espaço. Ver deste último os capítulos 4, e 7.

plana e fértil em qualquer um dos pontos dos “anéis”. Os preços dos produtos eram uniformes e os custos com transportes eram uniformes em função da distância. Neste esquema o princípio orientador das atividades dos agentes econômicos era a maximização da renda depois de remunerados todos os fatores de produção e coberto as despesas com fretes.

Alfred Weber (1909) preocupou-se com a localização de atividades industriais. Sua teoria era geral e abstrata e tinha como foco central a firma individual. Utilizou o “triângulo locacional” para estudar a influência dos custos de transportes e as “curvas isodapanas” para estudar a influência da mão-de-obra e das forças aglomerativas. Para Weber a localização ótima deveria ser a que proporciona o menor custo de produção e o fator transporte é o mais importante nesta determinação.

Azzoni (1982) cita Lösch (1940)¹⁰ como um grande crítico de Weber (1909). Para Lösch a localização ótima de uma unidade produtiva não estava nem condicionada pela minimização de custos nem pela maximização da receita mais sim pela maximização dos lucros. O que notabilizou Lösch foi sua teoria sobre os “sistemas de cidades” a partir de um raciocínio exclusivamente econômico. Levava em consideração a produção de um único produto, agrícola por excelência, numa área de fertilidade homogênea e de forma hexagonal. Em cada ponto do hexágono havia uma atividade produtiva que competia com as demais. Todavia, para Azzoni (1982), o mais importante da teoria de Lösch (1940) encontrava-se exatamente na análise do equilíbrio geral e na sua teoria das regiões que era, para o mesmo, o meio termo entre a teoria da localização parcial e a teoria geral da localização¹¹.

O problema é que com uma compreensão limitada do espaço, os teóricos criticados por Azzoni (1982) não podiam atingir o conceito de região. Esse problema teve desdobramentos negativos não apenas teóricos como também práticos. Coraggio (1983) fez essa crítica, Breitbach (1988) também.

¹⁰ No presente texto o autor utilizou os trabalhos de Lösch e Weber referentes, respectivamente, às edições de 1954 e 1957, conforme citado no referencial bibliográfico.

¹¹ A partir da síntese do pensamento desses autores, sobre a teoria da localização da unidade produtiva, Azzoni (1982) parte para analisar as críticas desferidas contra os autores supracitados com base em construtos teóricos da própria escola neoclássica. Coloca a posição dos autores “behavioristas”, isto é, da matriz de comportamento e os autores que defendem a decisão locacional a partir das decisões racionais do homem econômico racional. Por fim, fez inúmeras observações sobre a limitação histórico-teórica da teoria clássica da localização bem como das teorias que supostamente a criticavam. Assim, pode-se afirmar que a teoria (neo)clássica da localização tinha um conceito limitado sobre espaço econômico.

Breitbach (1988) teve a preocupação de trabalhar algumas categoriais de análise que a permitiram se aproximar do conceito de região. Com base no paradigma marxista e, sobretudo, no seu método científico de investigação, o materialismo histórico-dialético, incursionou pelas análises convencionais de região explicitando as fragilidades contidas nas mesmas. Afirmou que tais análises são insuficientes para atingir o conceito de região pelo fato de conceberem o espaço como um substrato neutro, puro *locus* de atividades econômicas.

De acordo com Breitbach (1988) o espaço não pode ser entendido como apenas um dado natural. Concebê-lo assim é não compreender o movimento dos fenômenos sociais que constantemente interagem com o espaço físico reconfigurando-o e sendo reconfigurado pelo mesmo. Desta forma, cabe relevar a importância de uma análise científica (a marxista, por exemplo) que entende que o espaço (área natural), como substrato neutro, não retrata a realidade social. Por entendê-lo assim – como “substrato neutro” –, os teóricos da localização jamais chegaram ao conceito de região. Para a autora a grande maioria dos trabalhos sobre a questão regional atém-se a aspectos empíricos de uma forma geral.

Isso tem constituído um problema relevante, pois em suas formulações de diretrizes para o planejamento regional, por exemplo, o conceito de região é suposto – não é cientificamente discutido e explicitado – uma vez que, de acordo com Breitbach (1988), é comum a região aparecer já delimitada territorialmente, geralmente em função de critério administrativo.

Desde sua configuração mais embrionária o espaço não pode ser compreendido como um simples fenômeno natural. Esta última característica é importante, pois como meio natural expressa-se como um veículo onde manifestar-se-ão um sem-número de relações sociais. Porém, ao externar essa capacidade, o espaço não é um elemento neutro, apenas receptor de transformações. É ativo, por suas próprias características naturais impõe limites às ações sociais ou pode conceder-lhes maiores e melhores condições de desenvolvimento. Essa compreensão de Breitbach (1988) tem grandeza analítica, pois não despreza o espaço físico (natural) como fazem os marxistas vulgares¹² nem abandona as “múltiplas determinações sociais” que ocorrem no espaço (e com ele) como fazem os livres cambistas. Antes, põe o espaço em interação com o homem numa dialética de determinações recíprocas. Este é, julga-se, um caminho mais

¹² A esse respeito ver com riqueza de detalhes Gottdiener (1993).

seguro (pois está sob um cabedal teórico mais rico) para se conceber o espaço e se atingir o conceito de região.

Em todo o primeiro capítulo de sua tese, Breitbach (1988) critica essa interpretação estática do espaço. Afirmar que são interpretações a-históricas que negligenciam a realidade, limitando-se, tão-somente, em estudar aspectos específicos e tornando-os possibilidades de explicação da totalidade de um fenômeno.

Em Breitbach (1988) o exercício da abstração faz-se indispensável para se chegar ao conceito de região. Todavia, não é o objeto em si. O conceito é uma abstração, fruto da atividade pensante. Não é um puro exercício mental. Para ser uma abstração científica o método exige que essa abstração tenha uma forte relação com os fenômenos do mundo real. Assim, o pensamento abstrato é na verdade o concreto pensado, analisado, depurado das falsas impressões da aparência. É, numa expressão, a reflexão do concreto.

Com base no método materialista histórico-dialético e também com base em autores como: Rofman (1974), Sormani (1977), Lipietz (1988) e no excepcional trabalho de Coraggio (1988), Breitbach (1988) definiu região como um espaço socialmente constituído que não tem a preocupação de delimitar rigidamente um território, mas compreender essa realidade à luz de sua dimensão histórica. Assim, para a autora, região seria um território que se distingue dos demais por possuir características próprias de acordo com as determinações das relações sociais e da interação – conflituosa – destas últimas com o mundo natural¹³.

Gottdiener (1993), por sua vez, registra que embora a teoria convencional (“ecológica e a geográfica”) tenha feito esforços para sair do fosso das determinações fatalistas, espaciais-naturalistas, continuam incorrendo em limitações determinísticas quando defendem que as recentes transformações do espaço ocorrem em função da incorporação de novas tecnologias (dos transportes e da comunicação), ou seja,

¹³ A autora poderia ter chamado a atenção – com muito mais ênfase – para o fato de que as formulações convencionais são as que ainda hoje reverberam em significativa quantidade de escolas de ciências sociais e que isso é mais um resultado das forças antagônicas que conflitam no espaço social e que tem limitado as formulações de políticas de desenvolvimento regionais. Ver mais sobre o assunto em Coraggio (1988).

continuam divorciando as transformações espaciais “dos aspectos sistêmicos mais amplos da economia, da política e da história¹⁴”.

Gottdiener (1993) vai mais longe. Problematisa que muitos marxistas incidiram em erro semelhante aos teóricos convencionais no que tange ao excesso de economissismo, ou seja, o espaço como um ambiente reprodutor do capital. Inclui neste bloco de teóricos Castells (1977)¹⁵, embora tenha deixado claro que este tentou escapar desta armadilha através do construto científico de Althusser (1977) que utilizou na compreensão do espaço, além de uma análise econômica, uma análise política e ideológica.

Após escolher a teoria do espaço de Lefebvre (1973) à de Castells (1977), Gottdiener (1993) fez uma varredura na teoria deste último em busca de incoerências quanto ao que entendia por espaço. Munindo-se de uma passagem do próprio Castells afirmou que este não tinha uma teoria do espaço¹⁶. Por não tê-la, caiu no equívoco de estudar os fatos sociais como fizera a Escola de Chicago – que criticou com veemência em “A Questão Urbana”. Essa é textualmente a leitura que fez Gottdiener:

(...) em lugar de uma teoria da produção do espaço, que continua povoando o pensamento de Lefebvre (...), por exemplo, Castells levamos de volta, num sentido, ao mundo da Escola de Chicago, que, (...) centrou sobre a cidade enquanto sítio de patologia social os interesses analíticos da sociologia urbana. A linha comparável de raciocínio que encontramos em Castells implica substituir uma preocupação em explicar como o espaço é produzido por uma preocupação sobre a forma pela qual se produzem os problemas urbanos – o que eventualmente se tornará para ele uma teoria de crise da sociedade capitalista. (GOTTDIENER, 1993, p. 123-24)

¹⁴ Para Gottdiener (1993) parte da tradição marxista (a ortodoxia) não escapou deste determinismo. Todavia, de acordo com este autor a concepção de espaço ficou mais rica sob as orientações da Escola de Frankfurt e as interpretações de Lukács (1971) e de Gramsci (1971), pois “todos deixaram de enfatizar a ‘economia política’, para desenvolver análises culturais da sociedade moderna, ou mesmo uma ‘psicologia social’ marxista, a fim de preencher o espaço entre o indivíduo e a sociedade numa concepção dialética do capitalismo como totalidade”. (GOTTDIENER, 1993, p. 116)

¹⁵ Quando Gottdiener (1993) cita Castells esta Utilizando a edição de 1977 de “A Questão Urbana”. O autor do presente texto está utilizando a edição de 2000.

¹⁶ “(...) não existe uma teoria específica do espaço, mas simplesmente um desdobramento e especificação da teoria da estrutura social, a fim de explicar as características da forma social particular, o espaço, e da sua articulação com outras forças e processos, historicamente dados”. (CASTELLS, 1977, APUD GOTTDIENER, 1993, p. 120)

Quanto a este último aspecto da teoria de Castells (2000) são significativamente interessantes as observações de Gottdiener. Na passagem abaixo – não considerada por Gottdiener – fica nítido que em boa medida Castells (2000) realmente se afasta da preocupação com uma teoria do espaço, pois esta só existe como um aspecto “de uma teoria social geral”.

O espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais – entre outros, os homens, que entram também em *relações sociais determinadas*, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social. Portanto, ele não é uma pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica. Trata-se então de estabelecer, da mesma maneira que pra qualquer outro objeto real, as leis estruturais e conjunturais que comandam sua existência e sua transformação, bem como a especificidade de sua articulação com outros elementos de sua realidade histórica. (...) Isto quer dizer que não há teoria do espaço que não seja parte integrante de uma teoria social geral, mesmo implícita. (CASTELLS, 2000, p. 181-182)

Porém, contrariamente a Gottdiener (1993) vê-se como positiva essa perda de rumo investigativo de Castells (1977). Se, como a Escola de Chicago, se voltou à compreensão dos problemas urbanos o fez, diferentemente da Escola de Chicago, considerando (dentre outras) as contradições classistas da sociedade capitalista.

Para Gottdiener (1993) é em Lefebvre (1973)¹⁷ onde se encontrará uma concisa teoria do espaço. Na construção deste segundo autor o espaço é força produtiva, objeto de consumo e objeto político utilizado pelo Estado, *locus* onde este último interfere para hierarquizar o poder. Como força produtiva e objeto de consumo manifesta-se como mercadoria composta de valor de uso e valor de troca¹⁸. Como objeto político “o Estado

¹⁷ Na bibliografia está registrada a edição inglesa do trabalho de Lefebvre (1973) consultada por Gottdiener (1993).

¹⁸ “(...) a importância do espaço para Lefebvre é conquistada pela dialética entre valor de uso e valor de troca, que produz tanto um espaço social de usos quanto um espaço abstrato de expropriação”. (GOTTDIENER, 1993, p. 131)

usa o espaço de forma que assegura seu controle dos lugares, sua hierarquia estrita, a homogeneidade do todo e a segregação das partes. É, assim, um espaço controlado administrativamente e mesmo policiado”. (LEFEBVRE, 1979, p. 288, *APUD* GOTTDIENER, 1993, p. 129-30)

A dissociação dos aspectos físicos e sociais pertencentes ao espaço resulta em reducionismo a-científico que não ajuda entendê-lo em sua complexidade dialética. Quem melhor teorizou esse processo foi Coraggio (1988). De fato, tal como se apresenta aos olhos de qualquer ser social – bem como da ciência neoclássica – o espaço não exalta suas particularidades sociais. O leigo vê, terra, pedra, capim, barro, rio, árvores, etc. Esse raciocínio comum levado a sua máxima reflexão atingirá a noção de distância e de identificação das riquezas naturais, elementos esses que serviram de esteio ao vasto cabedal teórico neoclássico. Tampouco, uma leitura sociológica positivista poderá atribuir aos fenômenos sociais manifestações físicas, espaciais. Para a sociologia conservadora, social é ler, escrever, trabalhar, competir, etc. A sociologia positivista não se colocou a responsabilidade de ajuntar o que arbitrariamente separou: espaço e sociedade.

(...) una sociedad no está constituida solamente por un sistema de categorías exclusivas del ser social (y que por lo tanto no se puedan reencontrar, en los estratos del ser natural), sino que tales categorías están entramadas con categorías propias de lo natural, sin las cuales no puede efectivamente existir el todo social. De allí la importancia de esclarecer la relación entre naturaleza y sociedad para el análisis social. (CORAGGIO, 1988, p. 19)

Já foi chamada a atenção para o fato que, na presente análise, o espaço que resulta da interação espaço-físico e sociedade é o espaço social, eivado de conteúdo físico (estradas, prédios, hidroelétricas, etc.) e de conteúdo social (político, econômico, filosófico, religioso, etc.). A conformação do espaço de uma rua, de uma cidade, de um bairro ou de uma região, não é apenas física ou apenas social. As edificações que se encontram naquelas (resultado de um tipo de organização sócio-espacial) são frutos da

relação daquele espaço físico (e de toda riqueza natural e material nele contido) com o trabalho da sociedade¹⁹.

Nesse contexto, o espaço social assume o *status* de mercadoria e como tal necessita de conteúdo material (valor-de-uso, espacialidade física) e de conteúdo social (valor-de-troca) ou, em primeira instância, é a unidade indissociável destes dois pólos, valor-de-uso e valor-de-troca²⁰.

2. A Transformação do Espaço Absoluto em Espaço Relativo

O próprio movimento do capital trata de integrar e transformar os espaços absolutos em espaços relativos. É esta relação que faz os espaços absolutos serem “a matéria-prima para a produção dos espaços relativos”. No seio de sociedades historicamente determinadas o movimento do capital, ou seja, seu processo de acumulação, se não se antecipa certamente dispensa as eruditas interpretações físicas e filosóficas na determinação da relatividade do espaço geográfico. (SMITH, 1988)

Porém, se se admite, como pretende este trabalho, que o espaço no sistema capitalista não é um fenômeno físico naturalmente concebido independentemente das relações sociais que lhe dão conteúdo histórico, pode-se sustentar a idéia de que para as ciências econômicas e geográficas este é o único espaço que interessa, pois nele está a síntese entre o físico-natural com social-antropológico e o político-econômico²¹. Santos (2004, p. 59) faz uma pertinente advertência: “para interpretar corretamente o espaço é preciso descobrir e afastar todos os símbolos destinados a fazer sombra à nossa capacidade de apreensão da realidade”. Deve-se, portanto, desfetichizar o espaço como um fenômeno naturalmente concebido e desintegrado das relações sociais. Ademais, deve-se buscar entender que agentes conflitam em dado espaço social, pois são os

¹⁹ Uma favela é um espaço social assim como um bairro de classe alta. Naquela as condições sócio-econômicas de seus moradores só permitem que os mesmos construam barracos, casebres. São forçados a ocupar espaços naturalmente inóspitos à vida humana. O resultado é a reprodução de espaços sociais que sintetizam as irregularidades do espaço físico original com a defasagem sócio-econômica também original. Nos bairros ricos as mansões são construídas em espaços físicos repletos de benesses naturais e econômicas. Isto é, tanto no primeiro como no segundo caso o que se concretiza são espaços sociais resultantes da interação da sociedade com o meio-físico. Estabelecida as relações nestes termos, a forma urbana resultante, isto é, do espaço urbano, concretiza-se como desigual e combinado, produto de determinada relação social de produção e reprodução daquele espaço.

²⁰ Sobre os dois pólos constitutivos da mercadoria ver Marx (1985).

²¹ “(...) o espaço é o resultado de múltiplas determinações, cuja origem se situa em níveis diferentes e em escalas variáveis, indo do simples lugar a dimensão internacional”. (SANTOS, 2004, p. 58-59)

resultados concretos desses conflitos que tornam este espaço social repleto de certa funcionalidade no contexto de acumulação mais geral.

Assim, tem-se como objetivo, no presente texto, deixar patente que o espaço no capitalismo é uma mercadoria resultante do *movimento desigual e combinado do capital*. Este movimento resultará (substanciará), por sua vez, em espaços de diferentes níveis de desenvolvimento. São essas diferenças de fundamental importância, pois funcionam como combustível da própria acumulação pertencente ao capital em geral, mas, acredita-se, muito mais afável, ao menos na periferia do subsistema capitalista, ao capital mercantil porque naquela o capital mercantil se apresenta de forma mais marcante na atuação sobre o espaço construído.

Na periferia brasileira o capital industrial foi – e é – preponderantemente proveniente do Centro-Sul do país que através do Estado (e juntamente com este último) vai dominar o incipiente setor industrial, restando aos capitais regionais buscarem abrigos valorizadores na esfera da circulação, ou seja, nos serviços de “toda” natureza.

Desde já, admiti-se, como afirmara Smith (1988, p.19), que “o capital é continuamente investido no ambiente produzido com o fito de se produzir mais-valia e expansão da base do próprio capital”. Nesta passagem está implícito que Smith se refere ao capital em geral. Isso acontece tanto nos países desenvolvidos quanto nos periféricos. No que tange a estes últimos, uma vez o capital tendo se instalado em um determinado ponto do seu território continua seu processo de movimentação para além daquele, destruindo, preservando ou mesmo criando estruturas sócio-econômicas que permitam a criação e a apropriação da mais-valia, ou seja, sua “constante” acumulação.

Trata-se, portanto, de entender esse movimento do capital através da integração e da interação de espaços desiguais já que o seu próprio movimento dá-se ampliando e não diminuindo as desigualdades espaciais. Essa é, por exemplo, a posição de Fernandes (1975) quando analisa a etapa monopolista do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Na periferia, o capitalismo monopolista é um fenômeno que se apresenta como o “supermoderno ou atual” mas não consegue destruir por completo as arcaicas e obsoletas estruturas econômicas periféricas tendendo a preservá-las e direcioná-las às necessidades de reprodução do capital²².

²² “O seu maior impacto construtivo consiste em cavar um nicho para si próprio, naquelas esferas das economias periféricas que são mais compatíveis com a transição, formando assim um exíguo espaço econômico, a partir do qual poderá crescer e quiçá irradiar-se para toda a economia, universalizando aos

O aumento das desigualdades espaciais permanece apesar das teses neocambistas de que a globalização estreitará essas diferenças, fazendo com que os distintos espaços sociais fiquem mais homogêneos. Ademais, a expressão *homogêneo* pode explicar um determinado espaço social de qualquer sociedade sem, no entanto, modificar suas estruturas sociais e econômicas no que diz respeito, por exemplo, a diminuição das desigualdade estruturais internas (em relação ao nível e padrão de renda, de consumo, de saúde, moradia, educação, etc. das diferentes classes sociais) ou externas (em relação a outras sociedades).

Não há como negar que tanto nos Estados Unidos quanto no Japão e na Alemanha existem espaços sociais onde a reprodução do capital é tão viável quanto na África do Sul, no México, em Israel ou no Brasil. O capital trata de homogeneizar²³ espaços em todos aqueles países, através da homogeneização das relações sociais de produção. O que se pode discutir é a intensidade, o grau de valorização do capital em um espaço social desenvolvido e sua incipiência em um espaço social periférico.

Em qualquer parte do mundo onde o capital homogeneizou o espaço social este tornou-se passível de valorização. Mas, as desigualdades permanecem como esteio alimentador e condicionador da acumulação nos diferentes espaços sociais, embora, como teorizou Kalecki (1976), não necessariamente o capital tenha que criar mercados em espaços para além das fronteiras nacionais. Mas, está registrado teórica e historicamente que assim o fez. Por isso, apesar da limitação de Luxemburgo (1985)²⁴, tinha razão quando registrou que é uma necessidade intrínseca do processo de valorização do capital (e, sobretudo do imperialismo de sua época) anexar novos territórios. O próprio Kalecki (1976, p. 10) admite textualmente que “embora não seja correta a teoria de Rosa Luxemburgo de que o desenvolvimento do capitalismo depende

poucos os requisitos estruturais, funcionais e históricos inerentes ao seu próprio padrão de desenvolvimento capitalista.” (FERNANDES, 1975, p. 268-269)

²³ Para uma discussão teórica sobre o fenômeno ver Brandão (2003) mais especificamente Cap. 2, tópico 2.4.1.

²⁴ É necessário que fique claro que essa “limitação” foi apontada e criticada por Kalecki (1976) devido ao fato de que para o mesmo Rosa Luxemburgo não percebeu, após ter criado todos os parâmetros teóricos e históricos para tal reconhecimento, que a criação de mercados externos não corresponde apenas a transposição de barreiras geográficas nacionais pelo capital. Por exemplo, a introjeção do Estado como potencial ativador da demanda efetiva, ou seja, da realização da mais-valia, deveria – para Kalecki – ter sido considerado por Luxemburgo como um potencial mercado externo, uma vez que a própria Luxemburgo havia teorizado sobre a importância do Estado, na compra de armamentos, para o aquecimento produtivo. Entende-se que a divergência entre ambos os autores está exatamente na dimensão da acumulação tratada por cada um. Luxemburgo não estava concentrada em explicar apenas a capacidade do capital se expandir setorialmente, mas também geograficamente, dimensão não considerada por Kalecki. Sobre a importância da demanda de produtos bélicos para o crescimento do Produto Nacional ver Mandel (1978) capítulo 3, especificamente as páginas 81, 82 e 83.

apenas dos ‘mercados externos’, estes constituem, todavia, uma importante parte da dinâmica do capitalismo”.

Neste momento, a pergunta que deve ser respondida é: Qual a importância do espaço, ou seja, do espaço social, para o capitalismo em geral e para os diferentes subsistemas capitalistas em particular? É o espaço social de qualquer sociedade capitalista o *locus* onde se organizam as forças que impulsionam a acumulação do capital, sobretudo no capitalismo contemporâneo, urbano por excelência.

O Capital (em suas diferentes facções: financeira, industrial, mercantil, etc.) e o trabalho encontram-se em um espaço social determinado conformando uma unidade contraditória que nada mais é do que a reprodução das relações sociais de produção que tem como resultado, além daquelas últimas, a produção e reprodução ininterrupta do espaço construído.

Ademais, o espaço social é uma mercadoria capaz de garantir ao seu detentor poderes²⁵ tão significantes quanto qualquer outro bem de capital ou bem que preserve historicamente reserva de valor. Foi nesse sentido que afirmou-se acima que o mesmo tem valor-de-uso e valor-de-troca. O espaço social pode ser – e de fato tem sido – uma propriedade com capacidade de auferir ao seu possuidor lucros (muitas vezes extraordinários, vide a especulação com os terrenos urbanos ou com terras rurais)²⁶. Desta forma, sua análise exige o reconhecimento de todas essas propriedades que a sociedade do capital lhe atribuiu como, por exemplo, uma mercadoria peculiar, *locus* onde se organiza a produção de mercadorias, mercado de força de trabalho, etc.

Assim, pode-se afirmar que o espaço social pode ser “igualizado” quando homogeneizado, isto é, quando capturado para integrar o circuito de valorização do capital, resultando assim num padrão de desenvolvimento *desigual e combinado*.

Ao igualizar frações do espaço tornando-o viável à acumulação, o capital torna-o diferente, desigual de sua totalidade, aprofundando ainda mais a diferença entre o que foi homogeneizado com o que não foi.

²⁵ “O espaço é digno de fazer parte do conjunto das forças produtivas. A posse do espaço, certamente, confere uma posição na estrutura econômica. Mesmo quando uma peça de espaço não tem conteúdo, seu controle pode gerar poder econômico, porque pode ser preenchido com algo produtivo, ou porque pode precisar ser atravessado por produtores”. (COHEN, 1978, p. 51 *APUD* GOTTDIENER, 1993, p. 128)

²⁶ Ver por exemplo, Ribeiro (1997) e Góis Ribeiro (1989) para, respectivamente, os casos do Rio de Janeiro e Sergipe. Para uma visão do mesmo fenômeno em âmbito internacional ver Galbraith (1988).

Diz-se combinado devido ao fato que o capital não elimina o espaço que não foi homogeneizado. Não há entre essas frações de espaços “uma coexistência congelada, mas se articulam, se combinam”. O espaço que não foi homogeneizado é importante para a funcionalidade do que foi, pois mesmo que exista marginalmente ao circuito de valorização imediata do capital funciona como uma espécie de suporte ao espaço e as formas de acumulação determinantes. (LÖWY, 1995)

Isto ratifica a defesa que se tem feito até o momento: que o espaço social, é criado, produzido de acordo com as necessidades de valorização do capital. O fio condutor é entender que existe um “padrão” de desenvolvimento que é desigual e combinado, tal qual teorizado originalmente por Trotsky (1907)²⁷. Para Smith (1988, p. 139) o desenvolvimento desigual não deve ser entendido “*num sentido geral, mas como um produto específico da dinâmica contraditória que dirige a produção do espaço. O desenvolvimento desigual é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo*”, portanto, merece mais um pouco de atenção.

3. Considerações Finais

No presente texto buscou-se dar relevo a discussão crítica sobre a importância de se compreender o espaço sob a ótica da economia política. No entanto, teve-se a preocupação de discutir o fenômeno espaço através da exposição das “primeiras teses” sobre o mesmo elaboradas por alguns autores que compõem o cabedal teórico da Escola Neoclássica. Em seguida, foi contraposto aqueles autores a interpretação do que é espaço na perspectiva dos autores que se posicionam mais criticamente, nem todos, no entanto, pertencentes ao que se poderia chamar de “Escola Marxista”, mas certamente, esforçaram-se na crítica sob à luz da economia política, da ciência política, da sociologia “estruturalista” e da geografia humana. Diferentemente dos cientistas da Escola Neoclássica, entendem que o espaço não é um fenômeno estático. Não existe à parte da história das sociedades. Pelo contrário, interage com a sociedade. Não é um fenômeno passivo, mas ativo, que participa das determinações sócio-espaciais de determinada sociedade.

²⁷ Essa discussão original começou a ser esboçada por volta de 1905, resultando na publicação, em 1907, do livro *1905* onde Trotsky (1907) fez uma análise cultural, social e econômica do capitalismo russo. Trotsky buscou entender as diversas formações sociais existentes na Rússia de seu tempo. Desde o selvagem das florestas setentrionais aos operários das fábricas percebendo que ocorria uma estranha relação de articulação e heteronomia entre as mesmas. (LÖWY, 1995)

Ademais, fez-se um esforço para registrar que o espaço visto como *locus* de produção de riqueza (mercadorias) é receptáculo de diversas manifestações sociais, o que por sua vez acaba por atribuir-lhe o caráter de espaço político-social. Deixa de ser simplesmente uma área, uma porção de terra, para se transformar em “espaço social relativo” que se diferencia de outros devido às especificidades da sociedade que o organiza interagindo com suas potencialidades e limitações geofísicas. Deve-se ainda instar que, a apropriação do espaço no modo de produção capitalista está na base da hegemonia de classe, ou seja, na base do conflito de classe e mais especificamente na relação de poder de uma classe sobre outras. Foi neste contexto que se colocou acima que a apropriação do espaço ocorreu de forma desigual e combinada. De certo que sob o olhar a-histórico da Escola Neoclássica – que não problematiza as relações de poder e propriedade entre as diferentes classes sociais, pois inexiste classes sociais no construto teórico neo-cambista – jamais a propriedade do espaço será entendida como um instrumento de poder.

4. Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER**, A. “Review of the costs of sprawl. Journal of the American Institute of Planners, p. 207-209, 1977.
- AZZONI**, Carlos Roberto. Teoria da localização: uma análise crítica. São Paulo: IPE-USP, 1982. 200 p.
- BUKHARIN**, Nikolai I. A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico. São Paulo: Nova Cultural, 2ª ed., 1986, 164 p.
- BRANDÃO**, Carlos Antônio. A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. 2003. 146 p. Tese de Livre Docência (Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada Campinas) – UNICAMP/IE, Campinas.
- BREITBACH**, Áurea C. de Miranda. Estudo sobre o conceito de região. Porto Alegre: Fundação Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988, 96 p.
- CASTELLS**, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1ª Reimpressão, 2000, 590 p.
- COHEN**, G. Karl Marx’s theory of history. Oxford: Oxford University Press, 1978.
- CORAGGIO**, José L. Territorios e transición: crítica a la planificación regional en América Latina. Quito: Ciudad Quito, 2. ed., 1988, p. 394.
- DEAN**, Warren. A industrialização de São Paulo (1880-1945). 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1971, 269 p.
- FERNANDES**, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, 413 p.
- GALBRAITH**, J. K. O colapso da bolsa – 1929. São Paulo: Pioneira, 5. ed., 1988, 183 p.

GÓIS RIBEIRO, Neuza Maria. Transformação do espaço urbano: o caso de Aracaju. Sergipe: Massangana, 1989, 127 p. **GÓIS RIBEIRO**, Neuza Maria. Transformação do espaço urbano: o caso de Aracaju. Sergipe: Massangana, 1989, 127 p.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, 310 p.

GRAMSCI, A. Selections from de prision notebooks of Antonio Gramsci. New York: International Publications, 1971.

HOBSON, John Atkinson. A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Nova Cultural, 2ª ed., 1985, 368 p.

KALECKI, Michal. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 2ª ed., 1987, 193 p.

LEFEBVRE, H. The survival of capitalism. London: Allison and Busby, 1973.

_____, "Space: social product and use value". In: J. Freiberg (ed.). Critical sociology: european perspective. New York: Yrvington Publishers, 1979.

LENINE, F. I. O imperialismo fase superior do capitalismo. Obras Escolhidas, São Paulo: Alfa-Omega, 3ª ed., 1986, p. 579-671.

LIPIETZ, Alain. O capital e seu espaço. São Paulo: Nobel, 1988, 216 p.

LÖSCH, August. The economics of localization. New Haven: Yale University Press, 1954.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Paris: Revista Actuel Marx, nº 18, 1995, 8 p. Disponível em: <<http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/>>.

LUKÁCS, G. History and class consciousness. Cambridge: MIT Press, 1971.

LUXEMBURGO, Rosa. Acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 2ª ed., 1985, 418p.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 417 p.

_____, Iniciação à teoria econômica marxista. Lisboa: Antídoto, 4ª ed., 1978, 107 p.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, Livro 1, V. I – O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Difel, 1985, 579 p.

MÉSZÁROS, István. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 1ª ed., 2003, 116 p.

RIBEIRO, Luiz César. Dos Cortiços aos Condomínios Fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Campus, 1997, 352 p.

ROFMAN, Alejandro. Desigualdades regionais y concentración económica: el caso argentino. Buenos Aires, SIAP/Planteos, 1974.

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. São Paulo: EDUSP, 2004, 96 p.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand, 1ª ed., 1988, 250 p.

SORMANI, Horacio. Formación social y formación espacial: hacia una dialéctica de los asentamientos humanos. Estudios Sociales Centro Americanos. São José da Costa Rica, /s.ed./, 6(17): 14, maio/agosto, 1977.

VON THÜNEN, J. H. The isolated state. Oxford: Pergamon Press, 1966.

TROTSKY, L. A revolução de 1905. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1907/revolucao-1905>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2008.

WEBER, Alfred. Theory of localization of industries. 2 ed., Chicago: University of Chicago Press, 1957.